



JORNAL da REPÚBLICA

§ 1.25

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

SUMÁRIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA :

Decreto do Presidente da República n.º 80/2012 de 1 de Agosto	6118
Decreto do Presidente da República n.º 81/2012 de 1 de Agosto	6118
Decreto do Presidente da República n.º 82/2012 de 1 de Agosto	6119
Decreto do Presidente da República n.º 83/2012 de 1 de Agosto	6119
Decreto do Presidente da República n.º 84/2012 de 1 de Agosto	6120
Decreto do Presidente da República n.º 85/2012 de 1 de Agosto	6121

GOVERNO :

DECRETO-LEINº 37/2012 de 1 de Agosto Centro Nacional de Reabilitação	6121
DECRETO-LEINº 38/2012 de 1 de Agosto Regime da Formação e Desenvolvimento da Função Pública	6126
DECRETO-LEINº 39/2012 de 1 de Agosto Primeira alteração à Lei nº 11/2008, de 30 de Julho, (Regime jurídico da advocacia privada e da formação dos advogados)	6134
DECRETO DO GOVERNON.º 7/2012 de 1 de Agosto Regulamento de Uniformes das Falintil-Força de Defesa de Timor-Leste (RU/F-FDTL) (Ver Suplemento)	

Decreto do Presidente da República n.º 80/2012

de 1 de Agosto

A Medalha “Solidariedade de Timor-Leste” foi criada através do Decreto-Lei nº 15/2009, de 18 de Março, para reconhecer e agradecer a polícias e militares estrangeiros que tenham servido em missão mandatada para assistir as operações de

Defesa e Segurança após 1 de Maio de 2006 e durante o período de intervenção da INTERFET, entre 20 de Setembro de 1999 e 28 de Fevereiro de 2000.

O Presidente da República, nos termos da alínea j) do artigo 85º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, conjugado com o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 15/2009, de 18 de Março, decreta:

São condecorados com a medalha “Solidariedade de Timor-Leste” os seguintes membros da Polícia do Paquistão na UNPOL:

1. Inspector, Azhar Shabbir
2. Sub Inspector, Mudassir Farooq
3. Assistant Sub-Inspector, Abdul Rehman
4. Head Constable, Humaira Yasmeen

Publique-se.

Taur Matan Ruak

Presidente da República Democrática de Timor-Leste

Assinado no Palácio Presidencial Nicolau Lobato, aos 30 de Julho de 2012

Decreto do Presidente da República n.º 81/2012

de 1 de Agosto

A Medalha “Solidariedade de Timor-Leste” foi criada através do Decreto-Lei nº 15/2009, de 18 de Março, para reconhecer e agradecer a polícias e militares estrangeiros que tenham servido em missão mandatada para assistir as operações de Defesa e Segurança após 1 de Maio de 2006 e durante o período de intervenção da INTERFET, entre 20 de Setembro de 1999 e 28 de Fevereiro de 2000.

O Presidente da República, nos termos da alínea j) do artigo

85º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, conjugado com o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 15/2009, de 18 de Março, decreta:

São condecorados com a medalha “Solidariedade de Timor-Leste” os seguintes Polícias da Índia na UNPOL:

1. Superintendent, Kavindra Pratap Singh
2. Additional Superintendent, Ajay Pandey
3. Additional Superintendent, Nimisha Pandey
4. Additional Superintendent, Omapati Jamwal
5. Inspector, Vijay Kumar Sharma
6. Inspector, Pramod Kumar Srivastava
7. Inspector Srirama Tamarana
8. Sub Inspector, Navin Khandelwal

Publique-se.

Taur Matan Ruak

Presidente da República Democrática de Timor-Leste

Assinado no Palácio Presidencial Nicolau Lobato, aos 30 de Julho de 2012

Decreto do Presidente da República n.º 82/2012

de 1 de Agosto

A Medalha “Solidariedade de Timor-Leste” foi criada através do Decreto-Lei n.º 15/2009, de 18 de Março, para reconhecer e agradecer a polícias e militares estrangeiros que tenham servido em missão mandatada para assistir as operações de Defesa e Segurança após 1 de Maio de 2006 e durante o período de intervenção da INTERFET, entre 20 de Setembro de 1999 e 28 de Fevereiro de 2000.

O Presidente da República, nos termos da alínea j) do artigo 85º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, conjugado com o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 15/2009, de 18 de Março, decreta:

É condecorado com a medalha “Solidariedade de Timor-Leste” os seguintes membros da polícia do contingente do Nepal na UNPOL:

1. Deputy Superintendent, Surya Acharya
2. Deputy Superintendent, Dinesh Mahat
3. Inspector, Kishor Shrestha
4. Inspector, Surya Khadka
5. Inspector, Raju Panday

6. Inspector, Guna Raj Neupane
7. Inspector, Radheshyam Dhimal
8. Inspector, Samaynanda Bajracharya
9. Inspector, Ek Narayan Koirala
10. Inspector, Sachin Karmacharya
11. Inspector, Pankai Paudel
12. Inspector Kajee ram Shrestha Gubhaju
13. Sub Inspector, Narahari Adhikari
14. Sub Inspector Rabindra Thapa
15. Sub Inspector Baikuntha Ghimire
16. Sub Inspector, Bijay Shrestha
17. Sub Inspector, Suraj Kc
18. Sub Inspector, Suraj Budhathoki
19. Head Constable, Man Bhadur Karki

Publique-se.

Taur Matan Ruak

Presidente da República Democrática de Timor-Leste

Assinado no Palácio Presidencial Nicolau Lobato, aos 30 de Julho de 2012

Decreto do Presidente da República n.º 83/2012

de 1 de Agosto

A Medalha “Solidariedade de Timor-Leste” foi criada através do Decreto-Lei n.º 15/2009, de 18 de Março, para reconhecer e agradecer a polícias e militares estrangeiros que tenham servido em missão mandatada para assistir as operações de Defesa e Segurança após 1 de Maio de 2006 e durante o período de intervenção da INTERFET, entre 20 de Setembro de 1999 e 28 de Fevereiro de 2000.

O Presidente da República, nos termos da alínea j) do artigo 85º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, conjugado com o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 15/2009, de 18 de Março, decreta:

São condecorados com a medalha “Solidariedade de Timor-Leste” os seguintes militares das Forças de Estabilização Australiana (ISF):

1. Lieutenant Commander, David Thomas Baker
2. Lieutenant, Nathan Mills
3. Captain, Nicole Miranda Brewis
4. Captain, Tony Silva

5. Captain, Scott Andrew D'Rozario
6. Captain, Matthew Paul Knop
7. Sergeant, Kevin Brian Woodberry
8. Sergeant, John Adrian Koot
9. Chief Petty Officer, Andrew Lincoln Perry
10. Chief Petty Officer, Glen Douglas Taylor
11. Warrant Officer Class 1, Barry Mark Senz
12. Warrant Officer Class 2, Jason Phillip Rea
13. Leading Seaman, Courtney O'Rourke
14. Corporal, Sean Buchanan
15. Corporal, Darryl Bruce
16. Corporal, David Matthew Edwards
17. Corporal, Andrew George Lawler
18. Signaller, Sean Bouchier
19. Private, Muhammad Khaizul Andhar Bin Sahid Kamsin
20. Private, James Michael Appelfhof

Publique-se.

Taur Matan Ruak

Presidente da República Democrática de Timor-Leste

Assinado no Palácio Presidencial Nicolau Lobato, aos 30 de Julho de 2012

Decreto do Presidente da República n.º 84/2012

de 1 de Agosto

A Medalha “Solidariedade de Timor-Leste” foi criada através do Decreto-Lei n.º 15/2009, de 18 de Março, para reconhecer e agradecer a polícias e militares estrangeiros que tenham servido em missão mandatada para assistir as operações de Defesa e Segurança após 1 de Maio de 2006 e durante o período de intervenção da INTERFET, entre 20 de Setembro de 1999 e 28 de Fevereiro de 2000.

O Presidente da República, nos termos da alínea j) do artigo 85º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, conjugado com o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 15/2009, de 18 de Março, decreta:

São condecorados com a medalha “Solidariedade de Timor-Leste” os seguintes militares das Forças de Estabilização Australiana (ISF):

1. Captain, Kingsley David Packer
2. Captain, Leigh Alexander Sage

3. Captain, Adrian Stacey
4. Lieutenant, Timothy Charles Colebatch
5. Lieutenant, Robert William Jones
6. Lieutenant, Nicholas Pound
7. Lieutenant, Alexander James Stone
8. Lieutenant, Warren Ross Wilton
9. Warrant Officer Class 2, Robert Scott Hamilton
10. Warrant Officer Class 2, John Matthew Lines
11. Warrant Officer Class 2, Brett Andrew Thomas
12. Sergeant, Maikie Aitken Cameron
13. Sergeant, William Andrew Perkins
14. Sergeant, Aaron Troy Rosowski
15. Sergeant, Wayne Hamilton Skinner
16. Leading Seaman, Rhett Edward Mckee
17. Corporal, Luke James Ardill
18. Corporal, Ryan Mark Barber
19. Corporal, Shane David Bargh
20. Corporal, Marlon Joseph Clarke
21. Corporal, Liam Nicholas Fowles
22. Corporal, Bernard Kenneth Galea
23. Corporal, Jesse Roy Harrington
24. Corporal, Julian Athol Lowe
25. Corporal, Katie Ellen Macdonald
26. Lance Corporal, Brendon Robert Keys
27. Leading Aircraftsman, Zachary Sangster Briggs
28. Leading Aircraftsman, Joshua Martin Evans
29. Private, Brett Stephen Adams
30. Private, Nerrida Elizabeth Cooper
31. Private, Jeremy Vincent Raymond Dale
32. Private, David Manning Dodd
33. Private, Jefferson Peter Doyon
34. Private, Ramsay Fish
35. Private, Booke Kathleen Habel
36. Private, Robert William Jones
37. Private, Thomas Simon Jones
38. Private, Jay J Lions
39. Private, Nicholas Stephen O'Neill
40. Private, Benjamin Ross Paterson
41. Private, Gregory Andrew Robinson
42. Private, Barry James Wilcock
43. Private, Matthew Ragnar Winton

44. Trooper, Cameron Alan Samuels

Publique-se.

Taur Matan Ruak

Presidente da República Democrática de Timor-Leste

Assinado no Palácio Presidencial Nicolau Lobato, 1 de Agosto de 2012

Decreto do Presidente da República n.º 85/2012

de 1 de Agosto

A Medalha “Solidariedade de Timor-Leste” foi criada através do Decreto-Lei n.º 15/2009, de 18 de Março, para reconhecer e agradecer a polícias e militares estrangeiros que tenham servido em missão mandatada para assistir as operações de Defesa e Segurança após 1 de Maio de 2006 e durante o período de intervenção da INTERFET, entre 20 de Setembro de 1999 e 28 de Fevereiro de 2000.

O Presidente da República, nos termos da alínea j) do artigo 85º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, conjugado com o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 15/2009, de 18 de Março, decreta:

São condecorados com a medalha “Solidariedade de Timor-Leste” os seguintes membros da Polícia das Filipinas junto à UNPOL:

1. Police Superintendent, Carlo Joseph Escobal
2. Police Chief Inspector, Jovit Culaway
3. Police Chief Inspector, Emerey Abating
4. Police Senior Inspector, Elmer Conchas
5. Police Senior Inspector, Imelda Malongayon
6. Police Senior Inspector, Marty Muñoz
7. Police Senior Inspector, Aldrin Thompson
8. Senior Police Officer 4, Jose Roner Romeo Villamayor
9. Senior Police Officer 3, Rolando Alvendo
10. Senior Police Officer 3, Marlon Ramirez
11. Senior Police Officer 3, Michael John Corotan
12. Senior Police Officer 3, Harold Corpuz
13. Senior Police Officer 3, Alexander Dela Cruz
14. Senior Police Officer 1, Crisostomo Cabezon II
15. Senior Police Officer 1, Julian Ngoslab

16. Senior Police Officer 1, Ireneo Emerson Reyes

17. Senior Police Officer 1, Fernando Sabuero

18. Senior Police Officer 1, Cherrylyn Serquiña

19. Senior Police Officer 1, Maria Riza Marquez

Publique-se.

Taur Matan Ruak

Presidente da República Democrática de Timor-Leste

Assinado no Palácio Presidencial Nicolau Lobato, 01 de Agosto de 2012

DECRETO-LEI N.º 37/2012

de 1 de Agosto

CENTRO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

O presente diploma cria o Centro Nacional de Reabilitação, aqui denominado CNR.

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste consagra no nº2 do artigo 21.º que o Estado, dentro das suas possibilidades, promove a protecção aos cidadãos portadores de deficiência.

O Programa do IV Governo Constitucional prevê a implementação de uma política social pública específica, concretizada por medidas dirigidas às camadas mais vulneráveis da população, nas quais se incluem as pessoas com deficiência. Neste sentido foi aprovada por Resolução do Governo nº14/2012 de 9 de Maio a Política Nacional para a Inclusão e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

O Ministério da Solidariedade Social reconhece o papel fundamental da Assosiasaun Hi'it Ema Raes Timor (ASSERT) na prestação de serviços especializados à população na área da reabilitação e da deficiência, pelo que tem vindo a prestar apoio financeiro e a constatar a necessidade de melhoria e reforço da capacidade institucional da mesma, tendo assumido o compromisso em Memorando de Entendimento, da sua transformação em Instituto Público.

O Governo cria o Centro Nacional de Reabilitação, com natureza de Instituto Público, com o objectivo de promover a reabilitação das pessoas com deficiência, através da prestação de serviços especializados, bem como a inclusão e a promoção dos seus direitos, de forma a garantir a igualdade de

oportunidades, o combate à discriminação e a participação das pessoas com deficiência em todas as áreas da vida social.

O Centro Nacional de Reabilitação é uma pessoa colectiva de direito público, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, por forma a exercer as suas atribuições com independência e isenção, ficando sob a tutela do Membro do Governo responsável pela Assistência Social.

Assim,

o Governo decreta, nos termos do nº 3 do artigo 115º, da alínea d) do artigo 116º da Constituição, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1º **Objecto**

O presente diploma cria o Centro Nacional de Reabilitação, abreviadamente designado por CNR, e aprova o respectivo estatuto.

Artigo 2º **Natureza Jurídica**

1. O CNR é uma pessoa colectiva de direito público, tem natureza de Instituto Público, integrado na administração indirecta do Estado, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio.
2. O CNR sucede em todos os direitos e obrigações à Associação Hi'it Ema Raes Timor, abreviadamente designada por ASSERT.
3. O CNR rege-se pelo disposto no presente diploma, nos respectivos Estatutos, Regulamento Interno e pelas demais disposições legais que lhes sejam directamente aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas aplicáveis aos organismos da Administração Indirecta do Estado.

Artigo 3.º **Tutela e Superintendência**

O CNR está sujeito à tutela e superintendência do Membro do Governo responsável pela Assistência Social, a quem compete nomeadamente:

- a) Aprovar o plano de actividades e o orçamento anual, bem como eventuais alterações, sob proposta do Director;
- b) Aprovar o relatório de actividades e o relatório de contas apresentado pelo Director;
- c) Aprovar o Regulamento Interno;
- d) Aprovar o quadro de pessoal por despacho conjunto com o membro do Governo responsável pela área da Administração Pública;
- e) Nomear e exonerar o Director e os Subdirectores, em coordenação com a Comissão da Função Pública;
- f) Nomear e exonerar o Fiscal Único por despacho conjunto

com o membro do Governo responsável pela área das Finanças;

- g) Nomear e exonerar o Conselho Consultivo.

Artigo 4.º **Princípio da especialidade**

O CNR exerce a sua actividade apenas no âmbito das suas atribuições e não pode dedicar os seus recursos a finalidades diversas das que lhe tenham sido cometidas.

Artigo 5.º **Jurisdição Territorial e Sede**

1. O âmbito territorial de actividade do CNR corresponde a todo o território nacional.
2. O CNR tem sede em Becora, distrito de Díli.
3. O CNR pode vir a ter delegações territoriais e serviços desconcentrados.

Artigo 6º **Missão**

O CNR tem como missão promover a reabilitação das pessoas com deficiência, através da prestação de serviços especializados, bem como a inclusão e a promoção dos seus direitos, de forma a garantir a igualdade de oportunidades, o combate à discriminação e a participação das pessoas com deficiência em todas as áreas da vida social.

Artigo 7.º **Atribuições**

1. São atribuições do CNR:
 - a) Realizar acções e adoptar medidas com vista à execução da política nacional para a inclusão e promoção dos direitos das pessoas com deficiência;
 - b) Prestar serviços especializados às pessoas com deficiência que permitam a sua reabilitação, designadamente através de terapias ocupacionais, fisioterapia, ortopedia e outras;
 - c) Produzir e fornecer ajudas técnicas às pessoas com deficiência, esclarecendo-as quanto à sua utilização e manutenção;
 - d) Promover e coordenar o atendimento, a informação sobre os direitos e serviços disponíveis, o encaminhamento e a orientação às pessoas com deficiência e suas famílias;
 - e) Promover e desenvolver acções de formação específicas para profissionais que desenvolvam trabalho na área da deficiência e reabilitação;
 - f) Promover e desenvolver acções de formação ou de sensibilização na área da deficiência e reabilitação para

peças com deficiência, suas famílias e comunidade em geral;

g) Criar um centro de recursos que recolha, trate e difunda informação científica, técnica e legislativa, nacional e internacional, na área da deficiência e reabilitação, incluindo dados estatísticos, estudos e relatórios.

h) Dinamizar e fomentar a cooperação com os parceiros sociais, as organizações não-governamentais e com outras entidades públicas e privadas que desenvolvam trabalho na área da deficiência e reabilitação;

i) Elaborar informações e pareceres sobre a área da deficiência e reabilitação ou outros assuntos relacionados com a inclusão e a promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

2. Os serviços, organismos e outras entidades da Administração Pública devem cooperar com o CNR em tudo o que se relacione com as respectivas atribuições e competências legais.

Artigo 8.º

Princípios de Gestão económica e financeira

A gestão económica, financeira e patrimonial do CNR, incluindo a organização e execução da sua contabilidade, regula-se pelas normas aplicáveis aos organismos da Administração Pública dotados de autonomia administrativa e financeira, em tudo que não esteja especialmente previsto no presente diploma.

Artigo 9.º **Composição**

1. O CNR dispõe dos seguintes órgãos:

a) Director, coadjuvado por dois subdirectores;

b) Conselho Consultivo;

c) Fiscal único.

2. As competências de cada órgão do CNR estão previstas nos Estatutos em anexo ao presente diploma do qual faz parte integrante.

Artigo 10.º **Organização interna**

A organização interna do CNR está prevista nos respectivos Estatutos, em anexo ao presente diploma, e no respectivo Regulamento Interno, referido na alínea c) do artigo 3.º.

Artigo 11.º **Pessoal**

1. O CNR dispõe de quadro de pessoal próprio, aprovado por despacho ministerial conjunto dos Membros do Governo responsáveis pelas áreas da Assistência Social e da Administração Pública.

2. As funções dirigentes e de chefia no CNR são exercidas em regime de comissão de serviço.

3. Os trabalhadores do CNR que não sejam agentes ou funcionários da Administração Pública estão sujeitos às regras do contrato individual de trabalho nos termos da legislação laboral em vigor.

Artigo 12.º

Receitas

1. O CNR dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento de Estado.

2. O CNR dispõe ainda das seguintes receitas próprias:

a) Os subsídios, participações, doações, heranças ou legados concedidos por entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras ou provenientes de projectos de cooperação com outros países ou organismos internacionais;

b) O produto das coimas e multas que lhe sejam consignados;

c) Quaisquer outras receitas que por lei, contrato ou outro título lhe sejam atribuídas.

3. As receitas enumeradas no número anterior são afectas ao pagamento das despesas do CNR.

Artigo 13.º

Despesas

Constituem despesas do CNR, as que resultem de encargos decorrentes da prossecução das atribuições previstas no presente diploma, designadamente, do seu funcionamento e da realização das actividades de reabilitação, inclusão e promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Artigo 14.º

Património

O património do CNR é constituído pela universalidade dos bens, direitos e obrigações de que é titular, incluindo as instalações, mobiliário, equipamentos e viaturas da extinta ASSERT.

Artigo 15.º

Disposições finais e transitórias

1. O Director do CNR deve, no prazo de 90 dias, apresentar o regulamento interno do Instituto para a aprovação da Tutela, nos termos previstos na alínea c) do artigo 3.º.

2. Os trabalhadores do CNR mantêm o mesmo vínculo contratual, nos mesmos termos e condições do contrato anterior.

Artigo 16.º
Entrada em Vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte após a sua publicação no jornal oficial.

Aprovado em Conselho de Ministros em 29 de Maio de 2012.

O Primeiro-Ministro, por delegação

Kay Rala Xanana Gusmão

A Ministra da Solidariedade Social,

Maria Domingas Fernandes Alves

Promulgado em 26 . 7 . 2012

Publique-se.

O Presidente da República

Taur Matan Ruak

ANEXO

**ESTATUTOS DO CENTRO NACIONAL DE
REABILITAÇÃO (CNR)**

CAPÍTULO I
NATUREZA, MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

Artigo 1.º
Natureza

O CNR tem natureza de Instituto Público, pessoa colectiva de direito público, dotado de personalidade jurídica e com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Artigo 2.º
Missão e Atribuições

1. O CNR tem como missão promover a reabilitação das pessoas com deficiência, através da prestação de serviços especializados, bem como a inclusão e a promoção dos seus direitos, de forma a garantir a igualdade de oportunidades, o combate à discriminação e a participação das pessoas com deficiência em todas as áreas da vida social.

2. As atribuições do CNR encontram-se definidas no artigo 7.º do diploma que cria o Instituto Público.

CAPÍTULO II
ESTRUTURA GERAL

Artigo 3.º
Órgãos

São órgãos do CNR:

- a) Director, coadjuvado por dois subdirectores;
- b) Conselho Consultivo;
- c) Fiscal Único.

Artigo 4.º
Director

1. O Director e os Subdirectores do CNR são nomeados e exonerados, em coordenação com a Comissão da Função Pública, por despacho ministerial do Membro do Governo responsável pela Assistência Social, para um mandato de dois anos, renováveis.
2. O Director é o superior hierárquico de todo o pessoal e terá a seu cargo a gestão corrente do CNR, competindo-lhe, designadamente:
 - a) Dirigir e orientar a acção dos órgãos do CNR;;
 - b) Organizar os serviços,
 - c) Elaborar e submeter à apreciação da Tutela, o plano de actividades, o orçamento anual, o relatório de actividades e o relatório de contas;
 - d) Despachar e assinar o expediente corrente;
 - e) Propor à Tutela a admissão e exoneração do pessoal;
 - f) Elaborar e propor à Tutela o regulamento Interno do CNR;
 - g) Exercer a acção disciplinar sobre o pessoal do CNR, em coordenação com a Comissão da Função Pública;
 - h) Manter a Tutela informada sobre a execução do plano de actividades e a situação financeira do CNR, bem como de eventuais alterações dos objectivos previstos no plano, que forem devidamente aprovados pela Tutela;
 - i) Propor à Tutela as iniciativas que considere úteis para o bom funcionamento do CNR;
 - j) Responsabilizar-se perante a Tutela pela correcta utilização das verbas postas à disposição do CNR;
 - k) Proceder à celebração de protocolos e parcerias com outras entidades públicas ou privadas;

- l) Representar o CNR e assegurar as relações com os órgãos de Tutela e com os demais organismos públicos;
 - m) Presidir às reuniões do Conselho Consultivo e assegurar o respectivo funcionamento.
3. Os subdirectores exercem as competências que lhes sejam delegadas pelo Director, devendo este identificar quem compete substituí-lo nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 5.º
Conselho Consultivo

1. O Conselho Consultivo é o órgão de consulta do CNR e tem as seguintes atribuições.
- a) Apreciar e emitir parecer sobre o plano de actividades e o relatório de actividades do CNR;
 - b) Apreciar e emitir parecer sobre o orçamento anual e o relatório de contas do CNR;
 - c) Dar parecer sobre propostas de regulamento interno e sobre o funcionamento dos serviços;
 - d) Aprovar o regulamento interno;
 - e) Pronunciar-se sobre as questões que lhe sejam submetidas pelo Director;
 - f) Pronunciar-se sobre a aquisição, oneração, arrendamento e alienação de bens imóveis ou móveis sujeitos a registo, depois de consulta do Fiscal Único;
 - g) Acompanhar a actividade do CNR, formulando sugestões ou propostas destinadas a aperfeiçoar o seu funcionamento.
2. O Conselho Consultivo é constituído pelo Director do CNR, que preside, subdirectores e representantes de entidades públicas ou privadas que desenvolvam trabalho na área da deficiência.
3. Os membros do Conselho Consultivo são nomeados e exonerados por despacho ministerial do Membro do Governo responsável pela Assistência Social, por um mandato de dois anos, renováveis.
4. O Conselho Consultivo reúne ordinariamente, uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente ou a pedido de pelo menos um terço dos seus membros.
5. O Conselho Consultivo reúne desde que esteja presente a maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria simples, tendo o presidente voto de qualidade.
6. Das reuniões do Conselho Consultivo são lavradas actas, que depois de lidas e validamente aprovadas, são assinadas pelos presentes.

Artigo 6.º
Fiscal Único

1. O Fiscal Único é o órgão responsável pelo controle da execução orçamental e boa gestão do CNR e tem como funções:
- a) a)Fiscalizar a execução orçamental e a boa gestão do CNR;
 - b) b)Verificar a legalidade dos actos de carácter financeiro e a sua conformidade com o presente diploma e demais normas aplicáveis ao CNR;
 - c) c)Elaborar, periodicamente ou quando solicitado pela Tutela, pareceres sobre a execução orçamental e a boa gestão do CNR;
 - d) Pronunciar-se sobre a aquisição, oneração, arrendamento e alienação de bens imóveis ou móveis sujeitos a registo;
 - e) Informar a Tutela sempre que se verifiquem irregularidades na gestão administrativa ou orçamental do CNR e propor as medidas necessárias.
2. O Fiscal único deve ser um revisor oficial de contas, um contabilista ou um funcionário público com função equivalente, nomeado por despacho conjunto dos Membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pela Assistência Social, para um mandato de dois anos, renovável por iguais períodos.

CAPITULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 7.º
Gestão económica e financeira

A gestão económica e financeira do CNR tem por base os seguintes instrumentos:

- a) Plano de actividades anual;
- b) Orçamento anual;
- c) Contas e balanços anuais;
- d) Relatório de actividades anual.

Artigo 8.º
Representação

O CNR obriga-se perante terceiros pela assinatura do director, e na sua ausência, pelos subdirectores, quando haja delegação de poderes.

Artigo 9.º
Responsabilidade

1. Os membros do CNR, no exercício das suas funções, respondem civilmente pelos actos e omissões praticados com

- violação dos seus deveres legais ou estatutários, salvo se provarem terem agido sem culpa.
2. Os actos e omissões praticados pelos membros do CNR, com violação dos deveres legais ou estatutários, não excluem a responsabilidade penal e disciplinar.

DECRETO-LEI Nº .38/2012

de 1 de Agosto

**REGIME DA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA FUNÇÃO PÚBLICA**

O reforço das capacidades da Função Pública para que prestem serviços eficazes, eficientes e acessíveis ao povo de Timor-Leste é uma prioridade do Governo. Um dos principais objectivos do Governo é o desenvolvimento de uma Função Pública competente e que detêm as capacidades e aptidões necessárias para prestar serviços ao cidadãos, agora e no futuro.

O governo está comprometido com uma política que garanta a todos os funcionários oportunidades razoáveis de acesso à formação e desenvolvimento, focada nas actividades relacionadas com o trabalho, na melhoria do desempenho e da eficácia e promoção do desenvolvimento profissional contínuo.

Uma regulamentação nacional que define os direitos e responsabilidades dos funcionários em seu desenvolvimento profissional, o leque de formação e actividades de desenvolvimento disponíveis, bem como as instituições responsáveis pelo planeamento e disposição dessas actividades irá promover uma melhor orientação e uma abordagem coordenada e consistente.

Assim, o Governo decreta, ao abrigo do disposto no número 3 do artigo 115º da Constituição, para valer como lei, o seguinte:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º
Objectivos**

1. A formação contínua e desenvolvimento dos funcionários públicos são requisitos fundamentais para uma Função Pública produtiva e que atenda às metas do Programa de Governo.
2. Reforçar a capacidade da Função Pública requer uma abordagem sistemática e planeada para a formação e desenvolvimento da força de trabalho da função pública.

3. São objectivos das actividades de formação e desenvolvimento:
- a) Melhorar a qualidade da prestação de serviços;
 - b) Melhorar a qualidade da gestão e liderança;
 - c) Promover a melhoria contínua das atitudes e comportamentos dos funcionários públicos;
 - d) Apoiar as reformas e mudanças organizacionais; e
 - e) Habilitar os funcionários públicos para o exercício de funções de maior responsabilidade.

**Artigo 2º
Âmbito de aplicação**

1. Este decreto-lei estabelece as regras para as actividades de formação e desenvolvimento de recursos humanos na Função Pública e as responsabilidades das instituições públicas nesta matéria.
2. Aplicam-se as disposições deste decreto-lei aos funcionários públicos e agentes da Administração Pública.
3. Para os efeitos deste decreto-lei, os funcionários públicos e agentes da Administração Pública referidos no número anterior são denominados funcionários.

**Artigo 3º
Definições**

Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se:

- a) *Avaliação da aprendizagem*: O processo de recolha de provas e tomada de decisões para confirmar que um indivíduo pode desempenhar o seu trabalho de acordo com os padrões determinados para cada categoria, grau ou função técnica, bem como para confirmar a qualidade da acção de formação;
- b) *Bolsa de estudos*: um curso a tempo integral de estudos académico ou vocacional financiado pelo Governo ou parceiros de desenvolvimento em cooperação com instituição pública;
- c) *Desenvolvimento com base no trabalho*: uma série de actividades e experiências com base no trabalho que podem melhorar o desempenho e desenvolver habilidades e que incluem orientação, supervisão, tutoria e substituição em função superior e outras oportunidades para desenvolver as habilidades e o conhecimento;
- d) *Formação e desenvolvimento*: termo genérico usado para descrever a aproximação estratégica à construção de habilidades e desempenho da força de trabalho de uma instituição;
- e) *Formação e desenvolvimento no estrangeiro*: uma actividade de capacitação ou desenvolvimento por um período de até três meses, que é financiada pelo Governo ou parceiros de desenvolvimento;

- f) *Formação no país* : uma actividade de formação no país, a tempo inteiro ou a tempo parcial, financiada pelo Governo ou parceiros de desenvolvimento;
- g) *Formação pré-serviço*: as actividades de formação realizadas ao início da actividade profissional do funcionário público, nomeadamente a indução;
- h) *Formação em serviço*: as actividades de formação e desenvolvimento realizadas durante a actividade profissional do funcionário público, nomeadamente a formação essencial para pessoal administrativo e em cargos de gestão;
- i) *Funcionários*: Termo genérico usado para descrever funcionários públicos, agentes da Administração Pública e outros trabalhadores contratados ou nomeados nos termos do artigo 19º da Lei Nº 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública);
- j) *Habilidades principais*: Os padrões de trabalho mínimo exigidos de cada categoria de pessoal que trabalha em uma função técnico-administrativa ou de direcção e chefia;
- k) *Indução*: Uma sessão de formação obrigatória com o objectivo de apresentar as tarefas e responsabilidades de um funcionário recrutado bem como sobre os princípios que regem a Administração Pública;
- l) *Instituição*: Termo genérico para referir a um ministério, secretaria de estado ou outra agência que emprega funcionários;
- m) *Licença para fins de estudo*: a ausência prolongada do trabalho para o fim de atender a formação académica ou profissional;
- n) *Orientação*: Uma introdução planeada e com base no trabalho de um funcionário ao local de trabalho e suas responsabilidades funcionais;
- o) *Padrões de competências*: um conjunto de normas que descrevem os conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para executar uma determinada função ou tarefa;
- p) *Procedimentos Operacionais*: Procedimentos por escrito, formulários e listas aprovados pela Comissão da Função Pública em apoio à implementação deste Decreto-Lei;
- q) *Regime de Bolsas financiado pelo Governo*: Conforme indicado no Decreto-Lei 12/2009 (Regime de Capacitação dos Recursos Humanos na Administração Pública);
- r) *Regime de assistência ao estudo*: um regime de suporte e recompensa aos funcionários públicos que sem afastarem-se do serviço, procedem a estudos académicos auto-financiados e no país;
- s) *Supervisor*: Responsável formal pela orientação, apoio e desempenho dos colegas de trabalho, nomeadamente os ocupantes de cargos de direcção e chefia.

Artigo 4º

Contexto da formação e desenvolvimento de recursos humanos

As actividades de formação e desenvolvimento inserem-se no contexto de outras actividades de gestão de Recursos Humanos na Administração Pública, nomeadamente:

- a) O planeamento da força de trabalho;
- b) A classificação e desenho de funções;
- c) Supervisão de pessoal e gestão de desempenho;
- d) Avaliação de desempenho.

Artigo 5º

Princípios orientadores

São princípios orientadores das actividades de formação e desenvolvimento:

- a) Planeamento sistemático para que as actividades estejam disponíveis em tempo hábil e entregues em um contexto onde a aprendizagem e melhoria contínua são valorizadas;
- b) Concepção e entrega de actividades com base nas necessidades identificadas e de forma a contribuir para a orientação estratégica do Governo, como afirmado nos planos nacionais e anuais;
- c) Foco no aprendizado com base no trabalho desempenhado, bem como no papel dos supervisores na gestão do desempenho, apoiando a aplicação de novos conhecimentos e habilidades e de modo a desenvolver atitudes e comportamentos adequados;
- d) Oportunidades iguais a todos os funcionários, independentemente da idade, género, local ou grau na carreira;
- e) Os programas, planos ou iniciativas devem avaliar as habilidades necessárias e identificar estratégias para o seu desenvolvimento ;
- f) As actividades de formação financiados pelo Governo serão desenvolvidas com base em consultas com os grupos interessados.

CAPÍTULO II

PANORAMA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Artigo 6º

Tipos de Formação e Desenvolvimento

- 1. As actividades de formação e desenvolvimento devem concentrar-se na realização das habilidades principais e padrões de competência relevantes para a categoria, grau ou função técnica.
- 2. Uma vez adquiridas estas habilidades e competências, o foco das actividades de formação e desenvolvimento deve deslocar-se para a manutenção dessas habilidades e

desenvolvimento adicional de conhecimento técnico, profissional ou de gestão.

3. As actividades de formação e desenvolvimento desenvolvidas pré-serviço ou em serviço, podem incluir:

- a) Desenvolvimento com base no trabalho;
- b) Formação no país;
- c) Formação e desenvolvimento no estrangeiro;
- d) Bolsa de estudos;
- e) Regime de assistência ao estudo.

Artigo 7º

Responsabilidades e funções na formação e desenvolvimento

- 1. As responsabilidades sobre as actividades de formação e desenvolvimento e relativas à implementação do presente decreto-lei estão distribuídas entre os órgãos e entidades da Administração Pública.
- 2. Estas responsabilidades podem ser objecto de delegação por escrito.

Artigo 8º

Competência da Comissão da Função Pública

Em relação às actividades de formação e desenvolvimento, compete à Comissão da Função Pública:

- a) Aprovar as políticas e os procedimentos operacionais relativos à formação e desenvolvimento da força de trabalho da Função Pública;
- b) Aprovar as licenças para fins de estudo e as ausências ao trabalho para frequentar acções de formação e desenvolvimento;
- c) Apoiar os órgãos da Administração Pública na identificação das lacunas de competências e estabelecimento das prioridades de formação e desenvolvimento em consonância com os planos estratégicos e planos de acção anuais;
- d) Apoiar as partes interessadas para estabelecer e administrar estratégias, prioridades e orçamento de formação e desenvolvimento que satisfaçam as necessidades e prioridades de Governo;
- e) Desenvolver sistemas de recolha de dados e informação em formação e desenvolvimento.

Artigo 9º

Competência do INAP

Em relação à implementação deste decreto-lei, o INAP deve:

- a) Desenvolver e implementar as actividades de formação pré-serviço e em serviço;

b) Desenvolver e implementar outras formações e actividades de avaliação para a força de trabalho da Função Pública que estão identificadas e ordenadas por prioridade pelo processo de planeamento anual especificado no artigo 46º deste decreto-lei;

- c) Desenvolver outras actividades de formação e desenvolvimento;
- d) Coordenar as acções de formação e desenvolvimento na área da Administração Pública oferecidas ao INAP em conjunto com os parceiros de desenvolvimento, com o fim de evitar a duplicação.

Artigo 10º

Competência dos directores-gerais

Em relação às actividades de formação e desenvolvimento, compete aos Directores-Gerais e equivalentes:

- a) Desenvolver e publicar o Plano Anual de Formação e Desenvolvimento para a sua instituição;
- b) Assegurar a gestão eficaz do pessoal e assegurar oportunidades de formação e desenvolvimento adequadas para a construção de habilidades e experiências e melhorar o desempenho;
- c) Autorizar o pessoal subordinado a frequentar as acções de formação e desenvolvimento, quando receber delegação para tal;
- d) Identificar as necessidades de formação e desenvolvimento do pessoal técnico, em conformidade com os padrões nacionais e internacionais de desempenho profissional;
- e) Garantir o cumprimento deste decreto-lei e dos Procedimentos Operacionais.

Artigo 11º

Competência dos supervisores

Em relação às actividades de formação e desenvolvimento, compete aos supervisores:

- a) Gerir o desempenho do pessoal, alocando e acompanhando o trabalho, exercendo a supervisão regular e resolvendo questões de conduta, logo que surgem;
- b) Realizar a orientação ao trabalho dos novos funcionários e assegurar que frequentem a formação obrigatória relevante ao seu grau na carreira ou posição;
- c) Auxiliar cada membro da equipa a identificar suas necessidades individuais de formação e desenvolvimento em relação aos objectivos individuais e colectivos de trabalho da instituição;
- d) Apoiar a participação do pessoal em actividades de formação e desenvolvimento relacionadas com o trabalho e na aplicação das habilidades recém-adquiridas.

Artigo 12º

Competência de outras instituições públicas

Em relação às actividades de formação e desenvolvimento, compete aos demais órgãos da administração pública:

- a) Desenvolver um plano anual de formação e desenvolvimento, como determina o artigo 46º;
- b) Desenvolver e providenciar actividades de formação e desenvolvimento na sua área técnica;
- c) Garantir o cumprimento deste decreto-lei e dos Procedimentos Operacionais estabelecidos pela Comissão da Função Pública.

Artigo 13º

Responsabilidade dos funcionários

Em relação às actividades de formação e desenvolvimento, é dever e direito dos funcionários:

- a) Participar integralmente nas actividades de formação e desenvolvimento que irão aperfeiçoar suas habilidades e ajudar na execução das tarefas relacionadas com sua categoria, grau ou função técnica;
- b) Planear o desenvolvimento das suas habilidades em consulta com seu supervisor;
- c) Participar em no mínimo 40 horas de formação e desenvolvimento por ano.

Artigo 14º

Anúncio de oportunidades de formação e desenvolvimento

- 1. As oportunidades de formação e desenvolvimento devem ser amplamente divulgadas para todo o pessoal relevante.
- 2. Esforços devem ser feitos para informar e encorajar requerimentos de mulheres e pessoal que trabalha em locais considerados remotos.

Artigo 15º

Considerações gerais de selecção

Para garantir que as actividades de formação e desenvolvimento apontem para as habilidades prioritárias de cada funcionário, e da Função Pública, os requerimentos devem ser avaliados com base nos seguintes critérios:

- a) O requerente preenche os requisitos gerais de elegibilidade, em relação à sua situação de emprego e tempo de serviço;
- b) O requerente preenche os requisitos específicos, tais como capacidade técnica, competências linguísticas e pré-requisitos relevantes.
- c) O curso ou actividade proposta é baseada em uma análise cuidadosa das necessidades de formação do funcionários, incluindo:

i. Outras oportunidades recentes de acções de formação e de desenvolvimento;

ii. Capacidade de aprender e aplicar essas novas habilidades ao retornar ao local de trabalho.

d) O curso ou actividade atende as exigências de habilidades da instituição e vai conduzir ao melhoramento dos serviços prestados;

e) A actividade de formação proposta implica no método mais eficaz para a Instituição;

f) A oportunidade foi anunciada abertamente a todos os possíveis requerentes;

g) O impacto que terá a ausência do funcionário para o bom andamento do serviço ao qual pertence.

CAPÍTULO III

DESENVOLVIMENTO COM BASE NO TRABALHO

Artigo 16º

Tipos de actividades

Actividade de desenvolvimento com base no trabalho inclui actividades e experiências com base no trabalho que podem melhorar o desempenho e desenvolver habilidades e que incluem orientação, supervisão, tutoria e substituição em função superior e outras oportunidades para desenvolver as habilidades e o conhecimento.

Artigo 17º

Orientação

- 1. A orientação consiste numa introdução planeada e com base no trabalho de um funcionário ao local de trabalho e suas responsabilidades funcionais.
- 2. A orientação é obrigatória a todos os novos funcionários, num prazo de um mês a contar da sua nomeação e exercício.
- 3. Funcionários transferidos para novo local de trabalho ou que assumam diferentes funções devem submeter-se à orientação apropriada às suas necessidades.

Artigo 18º

Supervisão

1. A supervisão e gestão do desempenho do pessoal é uma actividade quotidiana fundamental na formação dos funcionários, de responsabilidade dos directores e chefes e que envolve:

- a) Actividades de planeamento;
- b) Distribuição de trabalho;
- c) Acompanhamento e apoio; e
- d) Providenciar *feedback*.

2. Orientação sobre o processo de supervisão estão descritas

nos Procedimentos Operacionais aprovados pela Comissão da Função Pública.

3. Compete aos supervisores facilitar o acesso dos funcionários a oportunidades de desenvolvimento com base no trabalho que melhorem o desempenho e auxiliem no desenvolvimento na carreira.

CAPÍTULO IV FORMAÇÃO NO PAÍS

Artigo 19º Tipos de actividades

1. A formação no país é uma actividade de formação, a tempo inteiro ou a tempo parcial, financiada pelo Governo ou parceiros de desenvolvimento, tal como formação para desenvolvimento das habilidades principais ou técnicas.
2. A formação em serviço pode ser obrigatória ou opcional:
 - a) Obrigatória quando determinada pela Comissão da Função Pública para toda a Função Pública ou pela instituição relevante, para seus funcionários.
 - b) Opcional quando de acordo com as condições gerais de selecção descritas no artigo 15º acima ou outro critério específico relevante para a actividade.

Artigo 20º Indução

1. A indução é uma sessão de instrução que apresenta aos novos funcionários públicos os seus direitos e deveres.
2. A indução é obrigatória a todos os funcionários públicos, imediatamente à sua nomeação e exercício.

Artigo 21º Habilidades e formação essenciais

1. Formação essencial é a principal estratégia para o desenvolvimento de habilidades essenciais relevantes para a categoria, grau ou função técnica do funcionário;
2. A conclusão com aproveitamento da formação essencial deve ser requisito para o funcionário público habilitar-se à promoção ou para assumir cargo de direcção e chefia;
3. Caso o candidato seleccionado para cargo de direcção ou chefia não houver concluído a formação essencial, deve fazê-lo no prazo máximo de um ano;
4. Formação essencial com base nas habilidades essenciais identificadas ou padrões de competência, tem como objectivo assegurar o desenvolvimento sistemático das habilidades da força de trabalho da Função Pública;
5. Os funcionários que desempenham funções administrativas ou de gestão devem demonstrar competência nas habilidades essenciais relevantes mediante uma avaliação da aprendizagem, antes de frequentarem outras acções de formação ou especialização;

6. Os funcionários antes mencionados devem ser avaliados em relação às habilidades essenciais e demonstrar competências relevantes para a categoria, grau ou função técnica que desempenham;

7. Funcionários cujas funções requerem especialização devem atender aos padrões técnicos relevantes para a sua profissão ou órgão de classe.

Artigo 22º Elegibilidade

1. Todos os funcionários devem frequentar a formação obrigatória de acordo com sua categoria, grau ou função técnica.
2. A aplicação para outras acções de formação dependem da conclusão com aproveitamento da formação obrigatória.

Artigo 23º Candidatura e autorização

A candidatura a actividades de formação não incluída entre as obrigatórias depende do atendimento das condições estabelecidas nos Procedimentos Operacionais e de autorização:

- a) Da Comissão da Função Pública, mediante recomendação do membro do Governo respectivo, para os directores-gerais;
- b) Do director-geral para candidaturas de director nacional, inspector-geral, inspector ou equivalente;
- c) Do director nacional, para o pessoal subordinado.

CAPÍTULO V FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO ESTRANGEIRO

Artigo 24º Tipos de actividades

A formação e desenvolvimento no estrangeiro significa uma actividade por um período de até três meses, que é financiada pelo Governo ou parceiros de desenvolvimento, tal como formação vocacional, estudos comparativos e frequência a conferências.

Artigo 25º Elegibilidade

1. Exige-se dos funcionários no mínimo um ano de serviço para candidatar-se a formação e desenvolvimento no estrangeiro.
2. O prazo referido no número anterior é dispensado pela Comissão da Função Pública, atendendo a requerimento da instituição que abriga o funcionário em causa.

Artigo 26º Candidatura e autorização

A candidatura a actividades de formação e desenvolvimento

no estrangeiro exige o atendimento das condições estabelecidas nos Procedimentos Operacionais e sua autorização depende:

- a) Da Comissão da Função Pública para os directores-gerais;
- b) Do director-geral em relação a funcionário subordinado.

Artigo 27°
Ajudas de custo diárias

O funcionário em actividade de formação no estrangeiro tem direito às ajudas de custo diárias previstas no artigo 12° do Decreto-Lei n.º 20/2010, de 1 de Dezembro (Regime dos Suplementos Remuneratórios da Administração Pública).

Artigo 28°
Retorno ao trabalho

Após a conclusão da actividade de formação e desenvolvimento o funcionário deve:

- a) Iniciar a viagem de regresso a Timor-Leste no dia seguinte ou assim que houver opção de transporte;
- b) Retornar ao trabalho no dia útil imediato ao do regresso a Timor-Leste.

Artigo 29°
Relatório de retorno

1. Todo o funcionário que frequenta formação no estrangeiro ou outra actividade de desenvolvimento deve preparar um relatório pormenorizado onde descreve como as competências e conhecimentos adquiridos serão aplicados no local de trabalho.
2. O relatório deve incluir:
 - a) Uma descrição dos assuntos abordados;
 - b) Um resumo das habilidades e dos conhecimentos adquiridos;
 - c) Uma proposta de como essas habilidades e conhecimentos podem ser aplicados no local de trabalho;
 - d) Uma proposta de como essa informação pode ser partilhada com o pessoal relevante da instituição.
3. O relatório deve ser apresentado à entidade que autorizou a formação em até duas semanas após o regresso ao trabalho.

CAPÍTULO VI
BOLSAS DE ESTUDOS

Artigo 30°
Tipos de bolsa de estudos

As bolsas de estudo a tempo integral garantem aos funcionários públicos a oportunidade de desenvolver habilidades e

conhecimentos em sua áreas e podem ser financiadas pelo Governo ou parceiros de desenvolvimento.

Artigo 31°
Elegibilidade

Os funcionários públicos com pelo menos dois anos consecutivos de serviço e admitidos em um curso que relaciona-se directamente ao seu trabalho, são elegíveis para requerer bolsa de estudos.

Artigo 32°
Candidatura e Selecção

1. Os funcionários públicos candidatos a uma bolsa submetem-se a uma selecção em duas fases:
 - a) A primeira fase de selecção para a bolsa de estudos e instituição académica depende de um processo de avaliação competitivo e de mérito preparado:
 - i. Pelo Governo e instituição académica, ou
 - ii. Pelo parceiro de desenvolvimento e instituição académica.
 - b) A segunda fase implica no requerimento à Comissão da Função Pública de licença para fins de estudo pelos candidatos seleccionados para bolsas de estudos.
2. Os critérios de selecção para bolsas de estudo concedidas pelo Governo são os descritos no Decreto-Lei n.º 12/2009 (Regime da Capacitação de Recursos Humanos na Administração Pública).

Artigo 33°
Concessão de licença com vencimentos para fins de estudo

1. Compete à Comissão da Função Pública aprovar as licenças com vencimento para fins de estudo necessárias para a concessão de bolsa de estudos.
2. A partida de funcionário público antes da concessão da licença pela Comissão da Função Pública constitui infracção disciplinar sujeita a processo administrativo disciplinar.

Artigo 34°
Condições para concessão de licença com vencimentos para fins de estudos

1. Os funcionários públicos que obtêm licença para fins de estudos têm direito ao recebimento do seu salário integral durante o curso assim como a manutenção dos seus direitos em relação à contagem de tempo para antiguidade e pensão.
2. O período de licença deve coincidir com a deslocação do bolseiro em tempo hábil para o início das actividades académicas e perdura até o seu retorno imediato a Timor-Leste por conclusão de curso.
3. A concessão da licença está ainda condicionada a assinatura

pelo funcionário do contrato de adesão descrito adiante no artigo 36º.

4. Os bolsеiros não acumulam fэrias durante o perіodo de licenęa para fins de estudo, bem como nћo recebem outros suplementos salariais tais como suplemento de turno ou de localidade isolada.

Artigo 35º **Contrato de Adesћo**

1. Para obter a licenęa com vencimentos para fins de estudos, o candidato aprovado deve assinar um contrato de adesћo onde compromete-se a retornar ao servięo da Funęo Pбblica apбs a conclusћo do curso por perіodo de vinculaęo igual ao dobro da duraęo do curso, sob pena de indemnizar o Estado pelas despesas em que este incorreu com a formaęo.
2. Ao retornar a suas actividades, os funcionћrios pбblicos nћo sћo elegіveis para requerer as seguintes licenęas atэ ao tэrmino do perіodo de vinculaęo referido no contrato de adesћo:
 - a) Licenęa para fins de estudo com vencimentos e sem vencimentos referidas nos artigos 38º e 40º do Decreto-Lei nº 40/2008.
 - b) Licenęa sem vencimentos, nos termos do artigo 54º da Lei nº 8/2004 e artigo 37º do Decreto-Lei nº 40/2008.
3. Um funcionћrio pбblico a quem э concedida licenęa especial sem vencimento, nos termos do artigo 55º da Lei nº 8/2004, e artigos 41.º e 42.º do Decreto-Lei n.º 40/2008, deve:
 - a) Assinar uma extensћo do perіodo de vinculaęo referido no contrato de adesћo equivalente э duraęo da licenęa especial;
 - b) Cumprir com o perіodo de vinculaęo no retorno эs suas funęoes.

Artigo 36º **Ajudas de custo**

1. Ajudas de custo constituem uma quantia para cobrir as despesas com alojamento, alimentaęo, transporte, comunicaęoes e outras despesas durante o perіodo da bolsa.
2. Um bolsеiro financiado pelo Governo tem direito a uma ajuda mensal de subsistэncia conforme determinado pelo Decreto-Lei Nº 12/2009 (Regime da Capacitaęo dos Recursos Humanos da Funęo Pбblica).
3. Um bolsеiro financiado pelos parceiros de desenvolvimento tem direito aos subsіdios previstos no acordo de concessћo de bolsa de estudos e nћo recebe subsіdios do Governo.

Artigo 37º **Outros subsіdios**

1. Podem ser atribuіdos outros subsіdios para:

- a) Aquisięo de livros, equipamentos e outros materiais necessћrios ao estudo;
- b) Suporte э pesquisa;
- c) Aquisięo de seguro de saбde e contra acidentes;

2. Um bolsеiro financiado pelo Governo tem direito a outros subsіdios especificados no Decreto-Lei nº 12/2009 ou referidos em outra regulamentaęo sobre bolsas de estudo.
3. Um bolsеiro financiado por parceiro de desenvolvimento tem direito aos subsіdios referidos nos termos da bolsa de estudos e nћo pode receber outros subsіdios do Governo.

Artigo 38º **Progresso e resultados**

Os bolsеiros sћo obrigados a manter contacto com o director-geral ou autoridade que recebeu delegaęo pelo menos a cada semestre, com o fim de informar sobre o seu progresso e resultados.

Artigo 39º **Retorno ao trabalho apбs conclusћo do curso**

1. Os bolsеiros estћo dispensados de retornar ao trabalho durante os perіodos de fэrias escolares, salvo determinaęo prэvia da Comissћo da Funęo Pбblica.
2. Havendo determinaęo de retorno, a instituięo que requisita deve responsabilizar-se pelas despesas decorrentes.
3. Apбs a conclusћo de curso no estrangeiro os bolsеiros devem retornar ao trabalho no prazo de cinco dias ўteis.
4. Quando tratar-se de curso no paіs, o retorno ao trabalho deve acontecer no dia ўtil imediato э conclusћo do curso.
5. O bolsеiro deve apresentar ao director-geral ou autoridade que recebeu delegaęo uma cћpia autenticada do certificado de conclusћo do curso, do conteбdo estudado e resultados obtidos.

Artigo 40º **Relatбrio de retorno**

Todos os bolsеiros devem apresentar э entidade concedente da bolsa o relatбrio de retorno previsto no artigo 29º.

Artigo 41º **Encerramento ou cancelamento da bolsa**

1. As bolsas poderћo ser encerradas unilateralmente quando:
 - a) O bolsеiro nћo cumprir satisfatoriamente os requisitos de avaliaęo do curso e э reprovado pela instituięo acadэmica;
 - b) O bolsеiro nћo cumprir as condięoes da bolsa especificadas pelo Governo ou parceiro de desenvolvimento.

2. Admite-se o cancelamento pelo bolsheiro por motivo de doença grave devidamente certificada, quando então o bolsheiro deve notificar imediatamente e por escrito a entidade concedente.
3. O encerramento ou cancelamento implicam no retorno imediato a Timor-Leste e ao trabalho no prazo de cinco dias e a suspensão do pagamento dos subsídios.
4. Para o caso de bolsas de estudo concedidas no território de Timor-Leste o prazo para retornar ao trabalho é de um dia.
5. O incumprimento destas medidas implicam em acção disciplinar e eventual reembolso de subsídios.
6. Os bolsheiros cujas bolsas foram encerradas só poderão ser novamente considerados como candidatos após:
 - a) O decurso de um período de três anos; e
 - b) Demonstração clara de capacidade e compromisso pela obtenção de classificação “Muito Bom” na avaliação de desempenho, bem como a conclusão bem sucedida de outras acções de formação de curto prazo.

Artigo 42º

Extensão, suspensão ou adiamento

1. Prorrogações, suspensões ou adiamentos serão objecto de aprovação pela Comissão da Função Pública, mediante parecer da instituição académica e recomendação da instituição que concedeu a bolsa.
2. Poderão ser impostas determinadas condições, incluindo o regresso ao trabalho durante as férias académicas.

CAPÍTULO VII

REGIME DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDO ACADÉMICO

Artigo 43º

Definição do regime de assistência ao estudo académico

1. O regime de assistência ao estudo estabelecido por este Decreto-Lei visa apoiar e recompensar os funcionários públicos que, sem afastarem-se do serviço, prosseguem estudos académicos auto-financiados no país em instituições acreditadas pelo Governo.
2. O regime consiste em:
 - a) Até quatro horas por semana de dispensa do serviço durante o período de aulas e exames.
 - b) Auxílio para despesas educacionais.

Artigo 44º

Elegibilidade

Para aplicar para o Regime de Assistência ao Estudo, o funcionário deve:

- a) Ser funcionário público com no mínimo três anos de serviço contínuo e obter resultado da avaliação de desempenho de “Bom”, e;

- b) Atender as condições específicas do regime como especificado nos Procedimentos Operacionais.

Artigo 45º

Concessão

A concessão do regime de assistência ao estudo depende de previsão orçamental e de autorização:

- a) Da Comissão da Função Pública, mediante recomendação do membro do Governo respectivo, para os directores-gerais;
- b) Do director-geral para candidaturas de director nacional, inspector-geral, inspector ou equivalente;
- c) Do director nacional, para o pessoal subordinado.

CAPÍTULO VIII

PLANEAMENTO E GESTÃO

Artigo 46º

Planeamento anual

1. Cada instituição deve preparar um Plano de Formação e Desenvolvimento para o ano fiscal seguinte e encaminhá-lo à Comissão da Função Pública e ao Secretariado do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano.
2. Devem agir em coordenação para estabelecer as prioridades das acções de formação e desenvolvimento:
 - a) A Comissão da Função Pública;
 - b) O Instituto Nacional da Administração Pública;
 - c) O Secretariado do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano; e
 - d) As instituições que abrigam funcionários públicos.
3. O Plano de Formação e Desenvolvimento deve:
 - a) Proporcionar uma maior clareza sobre as competências exigidas no local de trabalho;
 - b) Promover uma melhor orientação da formação e desenvolvimento para atingir as competências de trabalho;
 - c) Assegurar a coordenação da planificação e orçamentação na Função Pública
4. O modelo de planeamento e respectivos procedimentos estão contidos nos Procedimentos Operacionais.

Artigo 47º

Manutenção de registos

Todas as instituições devem manter registos precisos de actividades de formação e desenvolvimento e apresentar um relatório anual e documentos de justificação à Comissão da Função Pública, conforme modelo dos Procedimentos Operacionais.

Artigo 48º
Programas de Formação

1. Os programas de formação para a Função Pública devem ser desenvolvidos, endossados, monitorados e analisados de acordo com as orientações contidas neste Decreto-Lei e nos Procedimentos Operacionais.
2. Os programas de formação da função pública devem:
 - a) Manter foco na participação plena, realização e demonstração das competências de trabalho relevantes ao invés de apenas a frequência ao curso; e
 - b) Obtenção de acreditação e promoção de uma qualificação em consonância com o sistema nacional de qualificação e acreditação em Timor-Leste.

Artigo 49º
Revogação

É revogada toda a legislação contrária ao presente diploma.

Artigo 50º
Entrada em vigor

Este decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros, em 29 de Fevereiro de 2012.

O Primeiro-Ministro, por delegação

Kay Rala Xanana Gusmão

O Ministro da Administração Estatal e Ordenamento do Território,

Arcângelo Leite

Promulgado em 26 / 7 / 2012

Publique-se.

O Presidente da República,

Taur Matan Ruak

DECRETO-LEI nº 39/2012

de 1 de Agosto

Primeira alteração à Lei nº 11/2008, de 30 de Julho,
(Regime jurídico da advocacia privada e da formação dos
advogados)

O presente Decreto-Lei procede ao alargamento do período transitório previsto no artigo 68º do Regime jurídico da advocacia privada e da formação de advogados.

Esta alteração visa responder aos atrasos na realização dos cursos de formação dos futuros advogados no Centro de Formação Jurídica. O prolongamento do período transitório pretende assegurar o acesso à formação por parte de um maior número de advogados que possa responder às necessidades do sistema judicial, promovendo o acesso ao direito por parte dos cidadãos.

Procede-se igualmente à alteração das normas respeitantes à composição e aos serviços de apoio do Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia, procurando dotar-se este órgão das condições necessárias ao seu efectivo funcionamento.

Assim, o Governo decreta nos termos do artigo 135.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1º
Altera a Lei nº 11/2008, de 30 de Julho

Os artigos 57º, 68º e 72º da Lei nº 11/2008, de 30 de Julho, passam a ter a seguinte redacção:

“Artigo 57º
[...]

1. [...].
2. O Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia é constituído por cinco membros, sendo três nomeados pelo membro do Governo responsável pela área da Justiça, e dois nomeados pela Associação dos Advogados de Timor-Leste.
3. A Associação dos Advogados de Timor-Leste indica para composição deste Conselho dois membros efectivos e dois suplentes, que os substituem nas faltas e impedimentos.
4. [...].
5. O Presidente do Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia é eleito de entre os membros nomeados pelo membro do Governo responsável pela área da Justiça.

Artigo 68º

[...]

1. Durante um período transitório, até 31 de Dezembro de 2015, é permitido o exercício da advocacia, independentemente dos requisitos legais exigidos, aos licenciados em Direito que, para o efeito, se inscrevam no Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia e que comprovem, em alternativa:

a) ter exercido actos próprios de advogado até 31 de Dezembro de 2011, em Timor-Leste;

b) estar inscritos como advogados na respectiva entidade de gestão da advocacia em país de regime jurídico civilista.

2. Para o efeito do disposto nas alíneas do número anterior, a comprovação do exercício da advocacia ou a inscrição são feitas perante o Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia, mediante, respectivamente:

a) a entrega de certidão emitida pelo Tribunal, da prática de actos próprios dos advogados, devendo a mesma ser requerida até 31 de Dezembro de 2012;

b) a entrega de certidão emitida pela entidade de gestão da advocacia, no país de origem, ou cópia da cédula profissional.

3. Aos requerentes a que se referem os números anteriores será emitida cédula profissional cuja validade terminará no termo do período transitório referido no n.º 1.

4. As pessoas referidas nos números anteriores que, pelo decurso do prazo do período transitório referido no n.º 1, deixem de poder exercer actos próprios da profissão de advogado, devem informar os respectivos representados de tal facto e de modo a permitir-lhes obter, em tempo útil, a assistência de um advogado.

5. [...].

6. [...].

7. [...].

Artigo 72º

[...]

1. O Governo garante o orçamento necessário para o funcionamento do Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia, garantindo igualmente o seu apoio administrativo através dos serviços designados por despacho do membro do Governo responsável pela área da Justiça.

2. [...].

Artigo 2º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros, em

O Primeiro-Ministro, por delegação

Kay Rala Xanana Gusmão

O Ministro da Justiça, em exercício, por delegação

Kay Rala Xanana Gusmão

Promulgado em 26 / 7 / 2012

Publique-se.

O Presidente da República,

Taur Matan Ruak